

# A crise da sociologia rural no Brasil e suas tradições teóricas

*William Héctor Gómez Soto*

---

## RESUMO

Este artigo faz uma avaliação da crise da sociologia rural no Brasil a partir da análise das tradições teóricas que a influenciam principalmente a vertente sociológica americana e o marxismo clássico. Busca-se compreender de que forma essas influências teóricas determinam a forma em que os cientistas sociais têm interpretado o “mundo rural” brasileiro.

**Palavras-chave:** Sociologia americana. Mundo rural. Marxismo clássico.

---

## INTRODUÇÃO

A produção teórica sobre o “mundo rural” no Brasil dos últimos trinta anos poderia ser caracterizada, por um lado, pela variedade de temas tratados, pelo número significativo das pesquisas empíricas realizadas que possibilitaram a coleta de abundantes informações e dados sobre a realidade agrária, e pelo outro, pela influência de referenciais marxistas. Porém é necessário assinalar que uma parte importante dessa produção teórica está vinculada, em menor grau, às tradições teórico-metodológicas funcionalistas, predominantes na sociologia americana da década de 60.

Atualmente, existe uma relativa incapacidade da “sociologia rural” brasileira de explicar as mudanças no “mundo rural”. Alguns autores brasileiros parecem ter dificuldade em deixar de lado “velhas idéias” como a “diferenciação social na agricultura e a polarização de classes” oriundas da “tradição marxista clássica”, enquanto que a nível internacional existe uma outra dinâmica, que incorpora novas questões e novas perspectivas teórico-metodológicas para entender velhos problemas. A ausência de um debate científico e livre de conotações “ideológicas” sobre a problemática agrária, parece ter reduzido as possibilidades de inovações teórico-metodológicas que, ao mesmo tempo contemple as mudanças da realidade e as discussões a nível internacional.

Apesar disso, alguns autores começam a chamar a atenção sobre a necessidade de repensar o “mundo rural” a partir das transformações que estão ocorrendo em escala mundial.

Este artigo está estruturado em cinco partes. Na primeira parte, discutimos as tradições teóricas da sociologia rural, tendo como ponto de partida a compreensão da evolução da sociologia rural americana. Em seguida, tentamos apreender o processo de mudanças dentro da sociologia rural americana, iniciado a meados da década de 70 e caracterizado pela recuperação crítica das tradições teóricas de Marx e de Weber e pela emergência de novas questões de pesquisas. A terceira parte, trata sobre a produção teórica brasileira sobre o “mundo rural”, seu contexto histórico e as principais visões. Na quarta parte, queremos chamar a atenção sobre as transformações econômicas e sociais que estão fazendo emergir um novo “mundo rural”.

## I A SOCIOLOGIA DO “MUNDO RURAL” E SUAS TRADIÇÕES TEÓRICAS

A sociologia do “mundo rural” tem estado influenciada principalmente por duas tradições clássicas. Uma que pode ser chamada de “funcionalista” e a outra de “marxista clássica”. Ambas as tradições parecem insuficientes para dar conta das mudanças que estão ocorrendo no mundo rural brasileiro. Essa situação de “esgotamento” está dando lugar a novas concepções teóricas-metodológicas que alguns autores chamam de “nova sociologia rural” (Newby) ou “sociologia da agricultura” (Buttel).

De acordo com Buttel et al (1990), na sociologia rural americana pode-se identificar três etapas: a primeira vai do início deste século até os primeiros anos da década de 50, onde o estudo sobre a agricultura foi construído como um dos muitos elementos necessários para compreender a estrutura social da vida comunitária rural. A segunda época, início da década de 50 até início da década de 70, é conhecida como a época do enfoque do comportamento psico-social, cuja manifestação mais conhecida foi a difusão-adoção de inovações. Durante esse período a sociologia rural americana foi dominada por uma perspectiva que definia os produtores como atores que podiam responder a estímulos e a novas tecnologias. A terceira época, refere-se à “nova sociologia da agricultura”. Newby (1982) tem argumentado que os trabalhos inovadores sobre a agricultura, desde a metade da década de 70, constituem uma “nova sociologia rural”. O aspecto mais importante dessa nova sociologia rural refere-se ao conceito de “estrutura da agricultura”, um conceito que foi deixado de lado na pesquisa social anterior aos anos 70.

A sociologia rural anterior a 1950 teve uma orientação teórica baseada no *continuum* rural-urbano (Toennies, Sorokin e Zimmerman)<sup>2</sup>. A inícios da década de 50 essa tradição foi questionada por um novo grupo de sociólogos rurais influenciados pela Psicologia Social e formados principalmente na Cornell University e nas universidades de Wisconsin, Minnesota, Missouri, Kentucky e Iowa.

A meados dos anos 60, devido a razões teóricas e empíricas, a perspectiva teórica que dominava a sociologia rural (o *continuum* rural-urbano) entrou em crise. Alguns autores (GANS e PAHL apud NEWBY, 1982) mostraram que os conceitos de “urbano” e “rural” não eram nem variáveis explicativas nem categorias sociológicas. Esses autores mostraram que o conceito de “rural” era essencialmente descritivo e empírico e, portanto totalmente incapaz de abrigar o caráter explicativo que se lhe atribuía. O *continuum* rural-urbano

perdeu utilidade na medida em que a população rural diferenciava-se cada vez menos da população urbana.

Os sociólogos rurais, dentro da tradição da psicologia social consideravam que os agricultores eram atores sociais capazes de responder ao estímulo de novas tecnologias agrícolas, assim como dos meios de comunicação e do sistema educacional.

Emile Durkheim e Max Weber eram considerados os modelos clássicos de pesquisa dentro da tradição da psicologia social da sociologia rural, a partir da síntese parsoniana e de uma incipiente *Teoria da Ação* enquanto que a noção da *Theories of the middle range*<sup>3</sup> de Merton era a noção central na pesquisa sociológica e na sociologia rural das décadas de 50 e 60. A noção de Merton tinha como objetivo permitir que os sociólogos transformassem certas proposições abstratas do funcionalismo parsoniano em hipóteses testáveis com dados a nível micro (individuais, familiares e organizacionais) e relacionados com determinadas unidades de análise. Para Buttel et alii (1990) a síntese parsoniana e a elaboração de Merton, apenas guardam uma superficial semelhança com as obras de Durkheim e Weber. Por exemplo, a sintonia do funcionalismo com a análise causal a nível micro era estranha às noções centrais de Durkheim na sua análise da sociedade. O mesmo pode se dizer em relação ao método histórico-comparativo de Weber. Weber criticou amplamente as metodologias que implicavam a imposição da proposta hipotético-dedutiva das ciências naturais sobre as ciências sociais. Apesar dessas críticas, a agenda mertoniana das Teorias de alcance médio (*Middle-Range Theory*), revolucionou a pesquisa e deu coerência à sociologia americana e definiu um modelo de pesquisa sociológico que em muitos aspectos, mantém sua influência até hoje.

Essa orientação teórico-metodológica reflete-se na sociologia rural até inícios da década de 70, como a teoria da difusão e adoção de inovações. A teoria de adoção-difusão de inovações foi o protótipo da “*Theory of Middle-Range*”, onde se combinava o raciocínio da psicologia social com um tipo de análise funcional (ou seja, a noção de que a adoção de novas tecnologias poderia contribuir para uma mudança social positiva).

Nesse período a sociologia rural foi mais quantitativa que durante a tradição dos estudos da comunidade rural (1900-1950). Na tradição de pesquisa dentro da linha da difusão/adoção o agricultor era visto como um ator que respondia a diversos estímulos para melhorar a produção agrícola. Isto era uma premissa para compreender a expansão de novas tecnologias e significava uma postura a favor das mudanças tecnológicas.

De acordo com Buttel et alii (1990) os primeiros estudos dentro dessa tradição foram elaborados por Hoffer (1942)<sup>4</sup> e Ryan e Gross (1943)<sup>5</sup> em Michigan e Iowa respectivamente. E.A. Wilkening (1949, 1950, 1952, 1954)<sup>6</sup> da Universidade de Chicago exerceu uma grande influência nas primeiras pesquisas de difusão e adoção de tecnologias agrícolas. Também foram notáveis as contribuições de Fliegel (1956)<sup>7</sup>, Beal e Bohlen (1957)<sup>8</sup>, Lionberger (1960)<sup>9</sup>, Coughenour (1960)<sup>10</sup> e Rogers (1962)<sup>11</sup>.

Em 1959, na sua *Imaginação Sociológica*, Wright Mill criticou a teoria parsoniana e chamava a atenção de que as *Teorias de Médio Alcance* de Merton conduziam a um empiricismo abstrato que sufocava a imaginação sociológica. As críticas de Mill receberam pouca atenção dos sociólogos rurais.

Na década de 70 uma nova geração de sociólogos rurais foram influenciados pelas críticas de Mill, Gouldner e outros. A reavaliação da perspectiva teórica dominante na

sociologia rural nas décadas de 50 e 60 pode levar a uma nova sociologia rural.

Muitas das preocupações da sociologia rural traduziam-se em crítica da revolução verde, por acreditar que os pequenos produtores agrícolas não tinham acesso às novas tecnologias além de serem ecologicamente destrutivas. Igualmente, essa tecnologia tinha como efeitos a marginalização da agricultura familiar e dos trabalhadores. Alguns sociólogos rurais analisaram a estrutura da pesquisa agrícola e o papel da sociologia rural no desenvolvimento e difusão de novas tecnologias. Outros analisaram os impactos ecológicos da modernização da agricultura e argumentaram que os pesquisadores deviam considerar as variáveis ecológicas se eles queriam compreender a organização social e as mudanças tecnológicas na agricultura.

A segunda tradição (1975-1985), baseada no marxismo, caracteriza-se pela busca de teorias adequadas para compreender as estruturas agrárias modernas. Essa busca significou a redescoberta de um conjunto de propostas clássicas para a compreensão do desenvolvimento agrário, particularmente das obras de Marx, Lenin, Kautsky e Chayanov. Essas perspectivas teóricas sobre a agricultura eram principalmente dedutivistas na medida em que buscavam identificar a lógica particular do desenvolvimento agrário. Para Lenin, por exemplo, a lógica básica do desenvolvimento agrário era a vinculação entre a estrutura de classes e a diferenciação social na agricultura e a formação de um mercado interno no capitalismo. Para Kautsky, a dinâmica central era a penetração do capital urbano-industrial na agricultura e o desaparecimento, lento, mas inevitável, do campesinato.

Essas teorias dedutivas da estrutura agrária foram úteis no seu tempo e ainda podem fornecer elementos importantes para a pesquisa. Porém, essas teorias dedutivas tendem a estar baseadas em argumentos teleológicos. Esses argumentos enfatizam que existe uma lógica última do desenvolvimento que se explica pela necessidade de sua própria dinâmica, por exemplo para garantir a acumulação do capital urbano-industrial, ou para racionalizar a produção agrícola. Além disso, esses argumentos dedutivos abstratos tendem a perder força explicativa diante das variações espaciais e temporais.

Segundo Abramovay (1992), as duas obras clássicas sobre a problemática agrária dentro da tradição marxista devem ser analisadas de acordo com o contexto de debate político em que seus autores estavam inseridos. Referimos-nos a *Questão Agrária* de Kautsky e a *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* de Lenin. Os debates da socialdemocracia alemã e Russa e os trabalhos de Kautsky e Lenin não se apoiavam nas conclusões de *O Capital* nem nas partes das *Teorias da Mais-Valia* em que Marx analisa a questão agrária. Cabe salientar que Marx não trata sobre as tendências e funções da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista. Isto se explica pela própria lógica de sua obra. *O Capital* de Marx:

“... situa-se no plano de uma fenomenologia das formas sociais, onde o ponto de partida contém o destino final da trajetória: a mercadoria resulta de atividade particular, privada, mas voltada, ao mesmo tempo, para a satisfação de necessidades gerais, sociais.” Abramovay (1992, p. 33)

No capitalismo, o produtor de mercadorias, somente pode satisfazer suas

necessidades através do mercado e é ali onde se manifesta a contradição entre o caráter social do trabalho e a apropriação privada de seu resultado. A burguesia e o proletariado expressam essa contradição. Portanto é na produção de mercadorias que se encontra a base da diferenciação social que provoca o surgimento das classes sociais. Sendo a burguesia e o proletariado as classes fundamentais da sociedade capitalista, o campesinato está fatalmente condenado a desaparecer. Esse caráter transitório do campesinato (e de todos os pequenos proprietários) explica a ausência de um conceito de camponês na obra de Marx. Quando os trabalhadores exerçam a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção se tornar realidade será superada a contradição entre o trabalho social e a apropriação privada. Dessa forma surge uma nova relação social baseada na cooperação.

De acordo com Abramovay (1992, p. 36), a “impossibilidade de definir claramente seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n’O Capital é logicamente impossível”. Se o camponês obtém lucro, ele se torna um capitalista. Se receber salário trata-se de um trabalhador assalariado, um operário e não um camponês.

A ênfase de Lenin na diferenciação social do campesinato deve ser entendida na sua tentativa de demonstrar a impossibilidade de estabelecer uma ampla aliança de classes para realizar a Revolução na Rússia. Para Lênin, se o campesinato em seu conjunto apoiaria a revolução democrática, somente os camponeses pobres apoiariam a revolução socialista. Portanto os esforços dos socialdemocratas russos deveriam centrar-se na organização naqueles camponeses que mesmo sendo proprietários vendiam sua força de trabalho.

É sobre essa idéia da diferenciação social do campesinato que se formou o mais importante paradigma marxista sobre a questão agrária. Os marxistas estudiosos da problemática agrária dedicaram-se a encontrar a tendência da diferenciação social, tornando esta idéia o ponto de partida e de chegada de suas análises. Para Abramovay (1992, p. 42) a idéia da diferenciação social de Lenin deve ser entendida no contexto do debate entre bolcheviques e mencheviques, mais do que “...propriedades objetivas e universais do desenvolvimento do capitalismo no campo”.

Por sua vez, a obra de Kautsky deve ser compreendida no contexto do debate da socialdemocracia alemã na busca do apoio da população rural para ampliar sua representação parlamentar. No interior do partido havia duas tendências. Por um lado, aqueles que consideravam o campesinato em processo de rápido desaparecimento. Portanto o partido não deveria incluir nenhuma reivindicação camponesa (enquanto proprietários) no seu programa. Pelo outro, aqueles que buscavam levantar algumas reivindicações específicas para o campesinato (crédito, por exemplo). Para eles, os camponeses poderiam se unir aos proletários na construção da sociedade socialista. Argumentavam também que a pequena produção era tecnicamente superior à grande exploração capitalista.

Para os primeiros, a tarefa do partido deveria ser organizar os trabalhadores assalariados agrícolas e explicar aos camponeses a inevitabilidade de seu desaparecimento. O trabalho de Engels A questão camponesa na França e na Alemanha, se insere nesse dilema e denuncia a falsidade dos socialdemocratas que fomentavam a ilusão da permanência dos camponeses no capitalismo e no socialismo. Para Engels, os camponeses se tornariam capitalistas ou proletários.

Igualmente Kautsky rejeita qualquer possibilidade de incluir no programa do partido qualquer tipo de reivindicação camponesa, a não ser exigir as mesmas condições de trabalho no campo e na cidade. Na base dessa argumentação encontra-se a idéia de que os socialdemocratas não poderiam levantar reivindicações de qualquer setor social proprietário de meios de produção.

Na *Questão Agrária*, Kautsky tentou demonstrar a inutilidade de dedicar esforços na organização do campesinato em processo de desaparecimento devido principalmente à superioridade técnica da grande exploração agrícola.

Contudo, as previsões de Lenin e Kautsky não se realizaram. O desenvolvimento do capitalismo no campo não resultou na proletarianização dos pequenos produtores. Além disso, a contradição entre progresso técnico e agricultura familiar enfatizada por Kautsky, mostrou ser falsa.

## 2 OS ANOS DE MUDANÇA: 1975 - 1995

Os problemas de definição da sociologia rural partem do fato de que o "rural" não constitui uma categoria sociológica. No passado esse problema permaneceu oculto devido a que na maior parte das zonas rurais dos países capitalistas industrializados coincidiam as localidades de residência e de trabalho. A sociologia rural podia definir-se como o estudo dos que moravam numa localidade rural e se dedicavam à produção de alimentos, ou estavam estreitamente vinculados a ela. O desaparecimento desse objeto de estudo subverteu a confiança dos sociólogos rurais dedicados a analisar as diferenças entre o "rural" e o "urbano". Enquanto as populações rurais ficavam menos homogêneas, os sociólogos também perdiam a clareza em relação ao que era o "rural". Além disso, não existe uma população rural, mas há populações específicas que por razões diversas estão localizadas em zonas rurais.

Para alguns autores como Newby (1982), na década de 70 a sociologia rural parecia ter perdido o rumo. Novos problemas sociais e sociológicos emergentes estariam provocando nos sociólogos rurais o sentimento de que eles não estavam suficientemente preparados para responder a essa nova situação.

A sociologia rural parece enfrentar um conjunto de problemas relativos ao seu objeto de estudo, a sua pertinência teórica, a sua responsabilidade pública e inclusive a sua competência para fazer pesquisa.

A perda de confiança na orientação que segue a sociologia rural tem sido maior nos Estados Unidos. Apesar disso, resulta irônico que a influência da sociologia rural americana tenha se estendido com maior rapidez e amplitude que antes.

Contudo, as críticas à sociologia rural ainda não permitiram uma mudança importante nos programas de pesquisa nesse campo.

A formulação desta "nova sociologia rural" é um desafio para os sociólogos rurais na atualidade. Sem dúvida trata-se de redefinir os velhos problemas a partir de novas abordagens. Esta tarefa seguirá exigindo um conhecimento empírico muito responsável da estrutura e as relações sociais, combinado com uma teoria que explique essa estrutura e essas relações.

## As origens da crise

Existe certa confusão sobre a possibilidade de uma definição significativa do ponto de vista sociológico do "rural". Esta confusão é sintomática de uma dificuldade conceitual mais profunda, que requer uma análise mais cuidadosa.

De acordo com Newby (1982) as características do estilo "científico" da sociologia rural são as seguintes: positivista, indutivo, quantitativo e "aplicado". Ainda que a definição mais comum da sociologia rural consiste em considerá-la "o estudo científico da sociedade rural", isto simplesmente desloca a questão central de se a "sociedade rural" pode definir-se sociologicamente. A história desta disciplina tem sido obstaculizada pela busca fútil de uma definição sociológica do "rural" e pela resistência a desconhecer que esse termo é *uma categoria empírica mais que sociológica*, ou seja, constitui uma mera "expressão geográfica". Na falta de uma definição do "rural" aceitável do ponto de vista sociológico, esse termo é apenas um "referente empírico". A sociologia rural se define melhor como a sociologia das localidades geográficas que têm uma população escassa e de pouca densidade em termos relativos.

Do anterior derivam-se duas conseqüências: Em primeiro lugar, não pode existir uma teoria da sociedade rural sem uma teoria da sociedade geral. Muitos sociólogos têm negado a possibilidade de estudar a sociedade rural como uma parte da sociedade em seu conjunto. Segundo Newby (1982) a sociologia rural tem-se caracterizado por sua natureza a-teórica e inclusive anti-teórica e até pela sua tentativa de elaborar, de forma indutiva, uma teoria sociológica especificamente rural, sem referência às teorias "gerais" da sociedade. Mas isto poderia ser compreensível se levamos em conta que os autores clássicos têm descuidado a sociologia rural no seu esforço por criar teorias da sociedade industrial urbana, além de que freqüentemente têm ignorado a natureza da sociedade rural. O rural tem sido considerado como um resíduo e, portanto tem recebido pouca atenção na teoria sociológica geral.

Em segundo lugar, dado que o "rural" é uma categoria espacial é necessário uma teoria que vincule o espacial com o social. Além de que, uma teoria sociológica deverá enfatizar o social.

A sociologia rural americana tornou-se sinônimo de um empirismo superficial, rejeição da teoria e banalização de temas importantes. A sociologia rural buscou a legitimidade científica nas instituições de ensino superior através da utilização de instrumentos estatísticos e a quantificação e manejo de dados, tentando compensar a negligência teórica com a competência metodológica. Porém, essas técnicas de coleta e análise de dados não significaram uma melhora no conhecimento produzido. A lentidão para entender esses fatos tem contribuído para o aprofundamento da crise da sociologia rural. Nos últimos anos acreditou-se que as falhas na compreensão do funcionamento da sociedade rural deviam-se unicamente à falta de dados e ao caráter rudimentar dos instrumentos disponíveis para medição e elaboração de modelos. O irônico é que na medida em que se aperfeiçoavam as técnicas de coleta e análise de dados ficava mais longe a possibilidade de entender a sociedade rural (NEWBY, 1982).

Recentemente há indícios que as fraquezas teóricas da sociologia rural estão sendo

questionadas, sobretudo nos Estados Unidos, mesmo que ainda não tenha sido substituída a teoria do *continuum* rural-urbano por um novo corpo conceitual ou por um conjunto de problemas teóricos que poderia possibilitar novos temas de pesquisas para a sociologia rural. Não se trata de propor uma teorização abstrata, mas de reconhecer que a elaboração teórica e a pesquisa empírica não são exercícios separados.

Como mencionado anteriormente, a sociologia rural requer uma teoria da sociedade, dentro da qual pode ser localizado o "rural". O que implica que os sociólogos rurais devem conhecer melhor as teorias sociológicas gerais, ainda que não há uma teoria geral da sociedade aceita pelos sociólogos. Os sociólogos rurais devem adotar uma visão mais totalizadora para estudar a sociedade rural. É importante que os sociólogos rurais se considerem a si mesmos como sociólogos que têm como objetivo estudar certos aspectos das zonas rurais.

Para Newby (1982) uma nova sociologia rural deve partir de um enfoque totalizador no estudo da sociedade rural.

### O debate internacional: a "nova sociologia rural"

A nova sociologia rural procura entender a estrutura interna e a dinâmica da agricultura a partir de teorias neo-weberianas e neo-marxistas. Dentre os temas tratados por esta nova perspectiva estão: o papel da etnicidade na persistência da agricultura familiar; a indústria agrícola; a força de trabalho assalariado agrícola; pequenos produtores e a agricultura em tempo parcial e, gênero e agricultura. Ultimamente, o "meio ambiente da agricultura", tanto no sentido literal como metafórico, também ocupa as preocupações desta nova perspectiva. No sentido literal, explora temas relacionados com os fatores naturais e ecológicos e os impactos da agricultura sobre o meio ambiente. A nova sociologia rural também trata sobre temas relacionados ao ambiente sócio-econômico da agricultura como as mudanças tecnológicas na agricultura, a sociologia das ciências agrárias e a crise agrícola (principalmente sua origem no ambiente das políticas públicas).

De acordo com Buttel et alii (1990), um dos traços da nova sociologia que emergiu entre a metade e fins da década de 70 foi a diversidade de seus enfoques teóricos. Por exemplo, Rodefeld e Heffernan revisaram teorias tradicionais e demonstraram que a tendência aparentemente "natural" da diferenciação na agricultura tinha implicações negativas para os agricultores familiares e as comunidades rurais. Mais tarde foi desenvolvida uma tradição teórica baseada na economia política marxista e, especialmente, na abordagem clássica da economia política agrícola de Marx, Kautsky e Lenin. Nesse mesmo período, foi publicado um conjunto de artigos escritos por Mann e Dickinson (1987), Friedmann, e Newby que abriram novas visões na análise sociológica da agricultura, através da aplicação da teoria marxista. Esta tendência foi consolidada com a antologia editada por Buttel e Newby (1980), a publicação de um livro de Friedland et al (1981) e uma antologia por Havens et al (1986)<sup>12</sup>. Recentemente a economia política da agricultura tem tomado uma orientação neo-weberiana, estimulada por Newby e Mooney. Finalmente, a partir de 1980, a nova sociologia da agricultura tem sido influenciada por uma postura ecológica.

A nova sociologia da agricultura tem sido teoricamente diversa, porém existem

características comuns desta reorientação da pesquisa sociológica rural. Primeiro, a nova sociologia da agricultura tem sido teoricamente mais ambiciosa que as pesquisas tradicionais dominantes antes do início da década de 70, tentando combinar a teorização macrosocial com a elaboração de formulações teóricas falsificáveis e hipóteses testáveis. Segundo, na nova sociologia da agricultura, os métodos qualitativo e histórico da pesquisa, têm uma maior importância, do que tiveram na pesquisa sociológica rural durante a década de 60.

Da mesma forma que a perspectiva behaviorista, que era dominante nos anos 50 e 60, não substituiu a perspectiva dos estudos da comunidade rural, assim, também, a nova sociologia da agricultura não tem significado a substituição, da perspectiva behaviorista, em particular, da difusão-adoção de inovações. Certamente, a perspectiva da difusão-adoção, precisa ser revisada para manter-se viável e contribuir para a compreensão da agricultura.

O maior aspecto distintivo - e sem precedentes - da nova sociologia da agricultura nos Estados Unidos tem sido a importância que tem concedido às perspectivas marxistas e neo-marxistas. Talvez o trabalho de Steeves (1972)<sup>13</sup> na *Rural Sociology*, foi o primeiro exemplo de um artigo publicado numa revista oficial, baseado amplamente na teoria marxista. Porém foi só no final da década de 70 que começaram a ser elaboradas sistematicamente explicações marxistas, nas universidades, sobre a dinâmica da agricultura nos Estados Unidos.

Como já foi dito, os artigos pioneiros nesta tradição foram preparados por Mann e Dickinson (1987), Friedmann (1978a, 1978b)<sup>14</sup> e Newby (1978). O artigo de Mann-Dickinson e um de Friedmann (1978b) foram publicados no *Journal of Peasant Studies*, uma revista britânica que tem sido vanguarda na revitalização de uma economia política de estudos camponeses e da história agrária da Europa. A terceira grande contribuição para o desenvolvimento da economia política da agricultura foi o trabalho de Newby (1978)<sup>15</sup>, um dos mais influentes "neo-weberianos" na Inglaterra. Seu estudo sobre a *Questão Agrária* de Kautsky, foi relevante para compreender a dinâmica estrutural da agricultura americana. No seu artigo de 1983, Newby<sup>16</sup> sugere que uma sociologia da agricultura proveitosa deveria basear-se na integração das perspectivas de Marx, Kautsky e Weber.

O que é extraordinário dessa primeira fase do desenvolvimento da economia política marxista da agricultura é que essas primeiras contribuições basearam-se nos clássicos da economia política. O artigo de Mann e Dickinson, por exemplo, está baseado principalmente no *O Capital* e os *Gundrisse* de Marx e secundariamente no trabalho de Lenin. Friedmann baseou-se na obra de Ernest Mandel, especialmente de seu *Tratado de Economia Marxista*. E como já foi mencionado anteriormente, Newby (1978) centrou seus esforços na obra de Kautsky.

Apesar dessas inovações, Marx foi quase totalmente ignorado nas análises das mudanças estruturais na agricultura dos sociólogos rurais norte-americanos até finais da década de 70. A razão-chave para entender o descaso da obra de Marx nos estudos sobre a agricultura tem sido talvez o modelo marxista da polarização do processo econômico (de acordo com as leis da centralização e concentração do capital e a proletarianização) entre capital e trabalho, negado pela persistência da agricultura familiar.

Mann e Dickinson (1987) identificaram as fraquezas dos argumentos subjetivistas

dominantes (Chayanov) sobre a persistência da agricultura familiar nas sociedades capitalistas avançadas. Eles sugeriram que na obra de Marx encontram-se elementos de uma explicação não-voluntarista e não-subjetivista de porque o desenvolvimento capitalista é entendido em termos de proletarianização e o estabelecimento da relação capital-trabalho é um processo mais lento na agricultura que na indústria. Eles enfatizaram que por causa da sazonalidade na agricultura existe uma tendência à separação entre o “tempo de produção” e o “tempo de trabalho”, o que dificulta a “calendarização” do processo de trabalho tornando a agricultura menos lucrativa que a indústria. Por tal razão, o “trabalho vivo” contribui modestamente no processo de produção. Em termos marxistas, o “trabalho vivo” é o único que cria mais-valia. O valor não é criado nessas interrupções, dessa forma se produz a não identidade entre “tempo de produção” e “tempo de trabalho”.

Portanto a agricultura torna-se não-lucrativa e por isso relegada aos agricultores familiares. Mann e Dickinson sugeriram que a realização das mercadorias agrícolas implica um maior tempo (tempo de produção mais tempo de circulação [tempo requerido para a venda das mercadorias]) do que a indústria, reforçando com isto a idéia de que as atividades agrícolas estariam nas mãos de produtores agrícolas não-capitalistas. Finalmente, Mann e Dickinson observaram que dado que os produtos agrícolas são perecíveis, aumentam o risco de produção e, portanto resulta menos atraente para os capitalistas. Porém, eles não chegam a afirmar que o desenvolvimento na agricultura não tem um caráter capitalista. Eles enfatizaram que a pesquisa agrícola pode reduzir ou eliminar a distância entre tempo de produção e tempo de trabalho, minimizando a perecibilidade das mercadorias agrícolas e reduzindo o tempo “biológico” das plantas.

As análises de Friedmann estão baseadas na tradição teórica marxista, porém a sua explicação da persistência da agricultura familiar (que ela denomina de produção simples de mercadorias) descansa amplamente em como a agricultura familiar pode enfrentar a concorrência das empresas capitalistas no contexto hostil de mercados competitivos de meios de produção e mercadoria agrícolas. Mann e Dickinson, ao contrário enfatizam porque o capital não está interessado em investir na produção agrícola.

Friedmann indica o alto grau de risco e a demanda cíclica de trabalho da maioria dos sistemas de produção agrícola. Ela argumentou que a produção agrícola familiar, diferentemente dos capitalistas, não obtém excedente para sua reprodução. Os produtores simples de mercadorias necessitam apenas de sua “reprodução simples”. Por outro lado, os capitalistas são obrigados pela lógica da concorrência a competir para obter a taxa média de lucro para que suas empresas não fiquem fora do mercado. Porém, Friedmann considera que os produtores simples de mercadorias agrícolas têm um maior grau de flexibilidade que os capitalistas reduzindo seu consumo ao nível de subsistência para sobreviver nos períodos de crise. Os capitalistas agrícolas tendem a liquidar seus negócios quando estes não são capazes de gerar a taxa média de lucro. Friedmann testou empiricamente essa proposição com dados históricos que mostraram que durante a crise do preço do trigo no fim do século passado, os produtores capitalistas da Inglaterra, da Prússia e dos Estados Unidos não conseguiram competir com os produtores familiares dos Estados Unidos. Mesmo enfatizando as particularidades da agricultura que leva à persistência da agricultura familiar, Friedmann reconhece que existem condições que podem levar para

sua transformação em formas capitalistas de produção.

Simultaneamente com os trabalhos de Mann-Dickinson e Friedmann, emergiu uma tradição neo-marxista diferente. De Janvry (1980), um dos representantes dessa tradição, seguindo as obras de Kautsky e Lenin, referindo-se a América Latina, considera que o desenvolvimento do capitalismo tardio tem significado a destruição da agricultura familiar e que as forças que afetam a produção agrícola - mudança tecnológica, subsídios estatais para pesquisa e investimento de capital - fazem improvável a sobrevivência da agricultura familiar. De Janvry argumentou que o desenvolvimento capitalista na agricultura é mais lento que na indústria e que torna bastante provável que as forças da proletarianização e a acumulação capitalista na agricultura destruam lentamente a agricultura familiar, provocando a sua diferenciação em classes sociais antagônicas. Então, na visão de De Janvry, os produtores independentes são uma classe transicional no capitalismo avançado; as relações capitalistas devem penetrar irreversível e inevitavelmente na agricultura familiar levando assim a seu desaparecimento, como tem acontecido na indústria nas sociedades capitalistas avançadas.

É útil notar que *A questão agrária* de Kautsky contém um conjunto de argumentos sofisticados sobre a lenta penetração do capitalismo na agricultura. Kautsky argumentou que o capitalismo, apesar de sua lentidão resultaria na descomposição do campesinato alemão.

Os trabalhos de Friedland representam também uma notável contribuição dentro da tradição de Kautsky e Lenin, enfatizando o predomínio das análises sobre a emergência das relações capital-trabalho na agricultura e a separação dos produtores independentes de seus meios de produção. No seu livro, *Manufacturing Green Gold*, baseado na agricultura da Califórnia, Friedland afirma que o ritmo e a amplitude da penetração do capitalismo na agricultura, variam de acordo com o sistema de produção. Ele analisou particularmente a produção de alface, uvas-passas e tomates. Apesar disso, ele tomou uma postura similar a de De Janvry, acerca da lenta penetração do capitalismo na agricultura, mas que as relações capitalistas igual que na indústria, estão em constante crescimento.

Outro impulso na literatura de economia política neo-marxista, tem sido o argumento de que a diferenciação dos agricultores no capitalismo pode ser incompleta no futuro previsível quando a produção agrícola e não-agrícola venha a ser integrada dentro de um sistema particular que incorpore diferentes formas de organização da produção. Um primeiro passo dentro desta linha de pensamento foi a do teórico marxista Kautsky. Ele argumentou que a questão central para compreender a evolução da agricultura nas sociedades industriais avançadas não era simplesmente o tipo dominante de posse das empresas agrícolas, mas as causas que permitem a emergência de formas organizacionais da produção agrícola.

Esta proposta foi mais desenvolvida por Mottura e Pugliesi (1980), numa análise histórica da pequena agricultura familiar de tempo-parcial no sul da Itália e das funções da agricultura familiar no desenvolvimento econômico contemporâneo. O argumento central era que quanto mais a produção agrícola organizava-se sob formas capitalistas, a agricultura em tempo parcial servia de reserva de trabalhadores das indústrias localizadas nas áreas rurais. Em períodos de contração industrial e desemprego, os trabalhadores

desempregados com pequenas propriedades poderiam temporariamente retornar à produção de subsistência até melhorar as condições na indústria, tornando-se desta forma uma força de trabalho de reserva. Esta integração das esferas de produção agrícola e não-agrícola tem sido elaborada por Bonanno (1985, 1987<sup>17</sup>), que analisou o papel do estado no estímulo às pequenas propriedades como uma estratégia para mediar os conflitos de classes nas sociedades avançadas, principalmente na Itália e nos Estados Unidos.

Nesse sentido, vários programas estatais que tentam resolver os problemas da agricultura, podem ter a função de permitir a continuidade da agricultura familiar. A agricultura familiar resulta importante nas políticas dos Estados que buscam a descentralização do sistema industrial. Dentro desta concepção as empresas industriais deslocam-se para as áreas rurais onde os trabalhadores não são sindicalizados e os salários são mais baixos porque muitos trabalhadores potenciais têm suas pequenas propriedades produzindo ineficientemente e, além disso, há poucas oportunidades alternativas. O trabalho está também aumentando sua informalidade. Na indústria de algodão, torna-se comum o trabalho por peça. Neste contexto, a agricultura familiar aparece como tendo a função de "keeper of surplus labor", fornecendo ao mesmo tempo, uma fonte de trabalho de baixo custo e de segurança para os membros da família com pequenas propriedades.

Wenger e Buck (1988)<sup>18</sup>, seguindo essa linha de pensamento e principalmente a partir dos primeiros trabalhos de Andre Gunder Frank (1967)<sup>19</sup>, analisaram a exploração e a super-exploração (extraindo maior valor daquele permitido para a reprodução da força de trabalho) dos membros da agricultura familiar. Sendo esta idéia um aspecto central para a compreensão das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. Esta super-exploração permite a transferência de valor da esfera doméstica da produção para a esfera capitalista. A esfera doméstica torna-se uma reserva de trabalho que subsidia a esfera capitalista, direta ou indiretamente, através de vários mecanismos. Por exemplo, o trabalho não-pago dos agricultores familiares reduz o salário dos trabalhadores empregados na indústria e os preços dos produtos agrícolas requeridos pelos agricultores. O salário que os membros da família obtêm fora da sua propriedade, contribui a pagar os custos da produção agrícola.

Uma vez que as perspectivas de Mann-Dickinson e Friedmann por um lado e de De Janvry, Friedland e outros na tradição de Lenin (e em menor medida de Kautsky), pelo outro, são, num certo sentido, diametralmente opostas, muitos dos trabalhos mais provocativos na tradição marxista dentro da "nova sociologia da agricultura" representam uma tentativa explícita ou implicitamente de realizar uma síntese.

A principal contribuição de Mooney tem sido lançar dúvidas se a existência convencional das relações capital-trabalho é uma adequada referência para avaliar a existência da penetração capitalista na agricultura. Seguindo Wright (1985), Mooney desenvolveu um modelo da estrutura de classes na agricultura incluindo as "localizações contraditórias de classes" que podem ser encontradas na agricultura familiar (unidade de capital e trabalho na agricultura familiar): o capitalista agrícola e o trabalhador assalariado agrícola. Particularmente, Mooney observa que há alguns "desvios" que podem ser tomados pelos agricultores para evitar a proletarianização. Esses "desvios" implicam arrendamento, contratos agrícolas, agricultura em tempo-parcial e endividamento. Em cada um desses "desvios" não existe a relação capital-trabalho na produção agrícola e

onde os agricultores são explorados por uma fração de capital não-agrícola (no arrendamento, pelos latifundiários; nos contratos agrícolas, pela agroindústria; na agricultura de tempo-parcial, pelos capitalistas não-agrícolas e no endividamento, pelo capital financeiro). Então, Mooney argumentou que a exploração dos trabalhadores assalariados agrícolas é somente uma forma que a penetração capitalista na agricultura pode tomar. Além disso, Mooney considera que esses "desvios" podem ser mais significativos, na agricultura, que as relações capital-trabalho. A explicação de Mooney de porque essas "localizações contraditórias de classes" têm um componente subjetivista e estão baseadas na distinção weberiana de racionalidade substantiva e formal. Mooney observa que muitos agricultores são motivados mais pelas formas de racionalidade substantiva (por exemplo, o desejo por autonomia no seu trabalho) que pela racionalidade capitalista formal. Por conseguinte, esses agricultores tendem a ser tenazes na participação dentro das empresas e freqüentemente tendem a tomar um dos quatro "desvios" do desenvolvimento capitalista a fim de permanecer na agricultura.

Mann e Dickinson (1987) replicaram vigorosamente aos argumentos de Mooney e também criticaram seu projeto de sintetizar a proposta marxista e weberiana dado que algumas dessas teses são incompatíveis. Por sua vez, Mooney argumentou que sua proposta superava as incompatibilidades das teorias marxistas e weberianas, a menos que se adotasse uma perspectiva marxista ou leninista mecânica.

### 3 A PRODUÇÃO TEÓRICA BRASILEIRA SOBRE O "MUNDO RURAL": A INFLUÊNCIA DO MARXISMO CLÁSSICO

A segunda guerra mundial (1939-1945) alterou profundamente as condições do comércio internacional e impactou de forma significativa nos países exportadores de alimentos e de matérias primas. Foi nesse contexto que emergiu um amplo debate de idéias sobre os problemas sociais e econômicos dos países do "terceiro mundo". Esse debate deve ser compreendido no contexto político da "guerra fria", da polarização de blocos (soviético e americano) e da descolonização.

No Brasil, a crise capitalista da década de 30 estimulou um crescimento industrial considerável para suprir o mercado interno de bens industriais. Com esse incipiente processo de industrialização também se iniciou o ciclo de intervenção do Estado em vários setores da economia: investimento na siderurgia, obras de infraestrutura, expansão do crédito, reorganização político-administrativa, organização sindical, abastecimento, etc. Diferentemente da Revolução industrial inglesa, a industrialização brasileira não implicou oposições e divisões entre a burguesia comercial/aristocracia agrária e classes industriais. O êxodo rural e a existência de uma massa de desempregados nas cidades contribuíram para a aliança de classes de caráter populista, que possibilitou a implementação de uma política estatal de industrialização no governo Vargas.

Por outro lado, o alinhamento dos países da América Latina à política da "guerra fria" significou a subordinação à estratégia de reconstrução do capitalismo sob hegemonia dos Estados Unidos.

Foi nesse contexto que se desenvolveu o debate no Brasil sobre a situação de atraso e as formas de superá-lo. A politização do debate resultou das condições desfavoráveis que impediam a continuidade do processo de industrialização iniciado na década de 30. Essas condições desfavoráveis marcam um novo período que pode caracterizar-se da seguinte maneira:

O fortalecimento do capitalismo americano e suas novas formas de intervenção: investimentos diretos na indústria; empréstimos e cooperação técnica; compras de empresas nacionais já instaladas; ajuda militar.

A tendência a aumentar a concentração de renda, inflação dos preços, queda do salário real, queda da taxa de acumulação da indústria, deterioração dos termos de intercâmbio comercial e em consequência, a escassez de divisas. O processo de industrialização ficou num impasse: ou expandir o mercado interno ou reequipar o parque industrial através da introdução de capitais estrangeiros. A primeira opção implicava um amplo movimento de apoio político para impulsionar mudanças estruturais onde a agricultura teria que desempenhar um papel-chave. Por sua vez, a segunda opção demandaria uma rearticulação das classes e grupos sociais e econômicos vinculados aos interesses da “desnacionalização”.

Dessa forma, a polarização internacional existente na “guerra fria” traduziu-se a nível interno na polarização entre nacionalismo e entreguismo ou entre comunismo e democracia. Entretanto foi a polarização entre nacionalismo e entreguismo que colocou os termos do debate sobre o desenvolvimento capitalista nas décadas de 50 e 60. O debate desses anos enfocava duas questões centrais: em primeiro lugar, que o atraso da agricultura era um obstáculo para o desenvolvimento capitalista. A estrutura agrária baseada no latifúndio-minifúndio explicava o atraso das forças produtivas e sua incapacidade de produzir alimentos a baixo custo para suprir o mercado interno e em segundo lugar, que as relações de produção, por não serem capitalistas, retardavam a expansão do consumo de produtos industriais.

Em consequência, a transformação da agricultura era indispensável para o desenvolvimento capitalista. De acordo com os ideólogos do desenvolvimento, o principal obstáculo estaria localizado no reduzido mercado interno. Portanto, a modernização das forças produtivas e as relações de produção possibilitariam a expansão do capitalismo no Brasil. A reforma agrária seria a forma proposta para superar esse obstáculo e romper a aliança de poder dominante.

Para os ideólogos do desenvolvimento o processo de transformação estrutural<sup>20</sup> seria conduzido pela burguesia nacional em aliança com o proletariado urbano e onde a agricultura teria o papel de produzir alimentos e matérias primas e consumir bens industriais. Essa idéia era decorrente de uma visão feudalista da sociedade brasileira.

### A produção teórica brasileira sobre o “mundo rural”

A produção teórica dos anos 60 sobre o “mundo rural” esteve fortemente marcada pelo debate em torno da natureza das relações de produção no campo, especificamente sobre o caráter do latifúndio. Um debate que já existia entre os juristas brasileiros do século

XIX, que para entender as “instituições feudais” no Brasil, tiveram que conhecer o debate que existia entre historiadores espanhóis e portugueses acerca do feudalismo na Península Ibérica. Cabe mencionar que o interesse de estudo desses historiadores limitava-se às instituições.

Nas décadas de 20 e 30, com a constituição de um campo intelectual independente e separado do Estado, esse debate adquire um novo conteúdo. Na sua *História Econômica*, Roberto Simonsen salienta que está preocupado com os “fatos econômicos” e não com as intenções dos legisladores. Desde essa nova perspectiva, autores como Nestor Duarte, tentaram mostrar a existência do feudalismo no Brasil a partir dos “fatos econômicos” e da legislação. Entre os anos 30 e 50 o debate entre os autores que tratavam sobre a agricultura referiam-se obrigatoriamente a esse debate, posicionando-se ao qualificar alguns aspectos da estrutura agrária como feudais, capitalistas ou escravistas. De acordo com Palmeira (1983) nos trabalhos da Comissão Nacional de Política Agrária, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, nos textos de Clóvis Caldeira, Acioli Borges e outros, existia uma clara preocupação em caracterizar as relações entre proprietários e agregados ou determinadas formas de arrendamento.

Segundo Palmeira (1983), no início da década de 60 o debate feudalismo x capitalismo ultrapassa o campo intelectual e torna-se uma questão política por duas razões principais. A primeira: a emergência de um movimento camponês e as lutas pela reforma agrária. O camponês converte-se num protagonista político através da sua participação nos sindicatos rurais e nas ligas camponesas. A segunda: o surgimento de novos partidos e grupos de esquerda que questionaram o “monopólio” exercido pelo Partido Comunista. Cada grupo tinha sua versão da “revolução brasileira”, ou seja, a definição do estágio dessa “revolução”. E isto passava necessariamente pela caracterização das relações dominantes na agricultura brasileira.

### A visão dualista

A visão dualista da sociedade brasileira deriva-se das idéias de dois sociólogos franceses (professores de universidades brasileiras): Jaques Lambert e Roger Bastide. Segundo essa concepção dualista, a sociedade brasileira (e dos países com passado colonial) estaria dividida em dois setores: um “aberto e moderno”; o outro “fechado e arcaico”. O primeiro refere-se ao setor urbano e o segundo ao campo. O “arcaico” explicava-se pelo passado colonial assim como por resíduos de formas atrasadas de produção. O “moderno” em oposição ao “arcaico” era resultado da importação, da “civilização industrial”. No caso do Brasil, a agricultura e indústria progressista de São Paulo (o setor moderno) teria que vencer a resistência do outro Brasil (o setor arcaico), levando-lhe tecnologias e capital.

A concepção dualista partia da premissa que a colonização gerou o latifúndio de caráter feudal (socialmente hierarquizado, constituindo unidades auto-suficientes separadas entre si) e resistente às mudanças. Entre seus aspectos negativos estavam: a fixação do homem no latifúndio, criando uma população rural inútil, desempregada e pobre; a

monocultura e o atraso técnico.

Para os defensores dessa interpretação a modificação da estrutura fundiária não era fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, portanto a reforma agrária não era necessária. Tratava-se principalmente de aumentar a produtividade agrícola através da modernização tecnológica e a reorganização da produção em grandes empresas capitalistas. E também eram a favor da participação do capital estrangeiro, sobretudo reconhecendo que a mentalidade dos capitalistas brasileiros impedia a poupança e o investimento produtivos.

Uma visão diferente tinha Furtado quando afirmava que a estruturas arcaicas só poderiam ser rompidas por indução, através de ações impostas pelo setor moderno urbano e industrial. Assim, a reforma agrária passava a ser uma condição necessária para superar a produção insuficiente de alimentos e baixar os preços dos produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que ampliaria o consumo de bens industriais. Essa posição aproximava Furtado de outras correntes dualistas intituladas "marxistas" que defendiam a "revolução democrático-burguesa" para eliminar os "restos feudais" (relações de trabalho no campo), o latifúndio e os capitais estrangeiros.

#### Asteses marxistas "tradicionais" e o nacional-desenvolvimentismo

Segundo as teses "marxistas" das décadas de 50 e 60 as estruturas econômicas e sociais do Brasil caracterizavam-se pela coexistência de dois modos de produção: o feudal e o capitalista. Uma idéia que se aproximava da visão dualista mais conservadora.

De acordo com as teses "marxistas" o setor moderno estaria composto pela "burguesia nacional" em oposição às empresas estrangeiras instaladas no país (o imperialismo), às classes médias urbanas e ao proletariado. O fortalecimento dessa "burguesia nacional" estaria sendo obstaculizado pela limitação do mercado interno (pobreza do campesinato). Os "feudais latifundiários", os grupos comerciais em aliança com o imperialismo e ainda os camponeses representavam o obstáculo para o desenvolvimento capitalista. Porém caberia aos camponeses participar da aliança popular na "revolução democrático-burguesa".

Caio Prado Júnior e André Gunder Frank foram os primeiros a criticar a visão feudal da sociedade brasileira. Da mesma forma, criticaram a idéia "marxista" da coexistência de dois modos de produção: o feudal e o capitalista.

No início da década de 40, na sua *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior enfatizava as origens capitalistas do Brasil, vinculadas à empresa colonial portuguesa e à expansão do capital mercantil. Mas, foi na *Revolução Brasileira (1966)* que criticou profundamente o modelo desenvolvimentista, ao negar o caráter nacional da industrialização do período Kubitschek e caracterizar como capitalistas as relações de trabalho no campo. Caio Prado Júnior rejeita a idéia dos autores que viam na *parceria* (remuneração do trabalho e serviços prestados com participação no produto) a representação do caráter feudal da agricultura brasileira.

Falar assim da parceria como forma institucional de relações de trabalho e de produção que sobrevive anacronicamente de um passado feudal, é evidentemente

falso. Tanto mais que no próprio caso da cultura algodoeira, única instância de grande expressão em que a parceria se apresenta em proporções apreciáveis ela se acha ligada não a reminiscência ou anacronismo feudais ou outros quaisquer, e sim a circunstâncias peculiares da cotonicultura e conveniências técnicas e financeiras que lhe dizem respeito. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 30)<sup>21</sup>

Dessa forma rejeita a visão linear da evolução dos modos de produção preconizada por Alberto Passos Guimarães (*Quatro Séculos de Latifúndio*, 1963) e difundida nas publicações soviéticas. Essa visão determinista nem leva em conta os processos históricos nem aceita modificações na sucessão dos modos de produção no tempo, nem muito menos poderia reconhecer a existência de outros sistemas de produção além dos definidos previamente.

De acordo com Palmeira (1983)<sup>22</sup> o caráter político do debate fica evidente no confronto entre o texto de Alberto Passos Guimarães e André Gunder Frank. "Se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma configuração capitalista por que revolucioná-la, por que reformá-la? A teoria do capitalismo colonial não é assim um achado histórico tão inocente quanto parece. É uma teoria conservadora, reacionária que, bem arrumada, se encaixa perfeitamente nos esquemas políticos mais retrógrados". (Guimarães). Gunder Frank responde da seguinte forma: "A conclusão política, derivada logicamente desta análise é, na verdade abolir o feudalismo e seguir o mesmo caminho geral de desenvolvimento, como os países mais desenvolvidos. (...) Se o desenvolvimento atual e os males da agricultura são devidos ao capitalismo, eles dificilmente podem ser eliminados pela extensão do capitalismo ainda mais longe. Nesse caso é o próprio capitalismo e não o feudalismo que tem que ser abolido" (GUNDER FRANK apud PALMEIRA, 1983) As argumentações dos dois autores refletem as divergências e as lutas políticas da esquerda brasileira. Como disse Palmeira (1983, p. 16) "A necessidade de demarcar posições é que irá mover o debate, dando-lhe uma densidade ideológica até então inexistente e fazendo-o, de um certo modo, aparecer como um obstáculo à prática política e à própria prática científica".

Gunder Frank influenciado pelas análises teóricas do grupo "marxista" americano da *Monthly Review* (Sweezy, Baran) rejeita a possibilidade de coexistirem numa mesma sociedade setores independentes uns de outros.

A questão política vivida como questão intelectual iria atribuir um sentido político às querelas intelectuais do passado, transformado-as e a seus protagonistas em elementos de um só e mesmo debate. No início dos anos 60, para sustentar suas posições, cada um dos autores que defendia a tese feudal ou a tese capitalista, ia buscar em autores do passado argumentos de autoridade, ou mesmo indicações concretas que fundamentassem suas idéias. Então uma série de formulações que estavam dispersas naquele momento foram sistematizadas em um grande debate, que aproximava no tempo autores como Alberto Passos e Nestor Duarte, defensores da tese feudal, e Roberto Simonsen e Gunder Frank, partidários da tese capitalista e assim por diante. (PALMEIRA, 1983, p. 16)<sup>23</sup>

Os defensores da tese feudalista consideravam que, apesar de que a burguesia comercial era um elemento hegemônico do Estado português, o que se transplantou para

o Brasil foi o "feudalismo colonial", enquanto que para os defensores da tese capitalista, mesmo que a colonização tenha sido uma empresa feudal, o que se transplantou foi o capitalismo.

O debate sobre o caráter do latifúndio levou os sociólogos rurais a discutir a problemática das classes sociais, onde a questão-chave era determinar a existência ou não de uma classe camponesa no Brasil. Tanto os defensores da tese feudalista como os defensores da tese capitalista identificavam o camponês com o pequeno produtor, que ao mesmo tempo diferenciavam do proletário. Mas, enquanto os defensores da tese feudal afirmavam que no Brasil existia uma classe camponesa que tinha a posse efetiva dos meios de produção, mas não sua propriedade jurídica, que se opunha a uma classe latifundiária numa luta pela propriedade da terra, os partidários da tese capitalista consideravam que não existia nada no Brasil que se assemelhasse a uma classe camponesa e que o que existia era uma classe de empresários rurais possuidores e na maior parte dos casos, proprietários dos meios de produção. Esses empresários rurais formariam parte da burguesia. E quem se opunha aos empresários rurais seria uma massa de trabalhadores agrícolas (proletários), submetida ao mesmo tipo de exploração econômica que os trabalhadores urbanos. Como consequência, para os defensores da tese capitalista, a luta pela terra seria secundária.

Para Palmeira (1983) alguns autores manipulavam as estatísticas com o objetivo de defender suas posições. Por exemplo, Maria Isaura Pereira de Queiroz, baseando-se em dados do Censo Demográfico e Agrícola de 1950, conclui que a população rural estava constituída em quase dois terços por camponeses. Por sua vez, André Gunder Frank descobre dois terços de proletários e semiproletários. Diegues Júnior e o CIDA (Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola), utilizando os mesmos dados chegam à conclusão que uma metade da população rural eram camponeses e a outra, proletários. Palmeira afirma que essa manipulação de dados evidencia que o que estava em jogo não era uma questão de demonstração científica, mas um jogo de relações políticas em que os autores estavam imersos.

Como resultado do debate, os pesquisadores abandonaram a visão dualista capitalismo/feudalismo e passaram a ter uma postura crítica em relação aos esquemas evolutivos dos modos de produção. No início da década de 70, Sociólogos como Moacir Palmeira e historiadores como Ciro F. S. Cardoso, nas suas teses de doutorado realizadas em Paris, propunham a existência de sistemas de produção específicos, além da dualidade capitalista/feudalista: a *plantation*, o latifúndio, a pequena produção mercantil ou a economia camponesa vista desde a perspectiva de Chayanov, ou o escravismo colonial. Essas propostas representavam uma mudança importante no debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil.

Por sua vez, a estruturação do projeto político da "revolução democrático-burguesa" caberia a um grupo de intelectuais liderados por Hélio Jaguaribe e organizados no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro) criado no Governo de Juscelino Kubitschek. O corpo das idéias organizadas em torno desse projeto político passou a ser conhecido como "ideologia nacional-desenvolvimentista". Dentro desse projeto a estrutura brasileira era concebida como uma "fase de transformação" orientada para o desenvolvimento nacional. É por isso que, para Jaguaribe, a ideologia mais representativa desse período era

o nacionalismo que permitiria articular os diversos setores sociais, com exceção dos latifundiários comprometidos com o *statu quo*, sob um objetivo comum: a expansão das forças produtivas.

Tal ideologia implicava na adoção de determinado modelo para a então 'atual fase da vida nacional', o qual, no dizer de Jaguaribe, era o nacional-capitalismo, o único capaz de promover o desenvolvimento, numa visão ecumênica das classes sociais. Compreendia Jaguaribe como nacional-capitalismo o conjunto de políticas adotadas por Vargas, Kubitschek, Quadros e (até meados de 1963) Goulart; estas tinham em comum o esforço pelo desenvolvimento, autônomo e endógeno, sob a direção dos 'empreendedores nacionais', dentro do sistema de iniciativa privada e tendo no Estado a instância de planejamento coordenação e suplementação. (CASTRO, 1979, p. 38)<sup>24</sup>

O modelo nacional-capitalista entra em crise no final de 1963 devido ao reconhecimento da heterogeneidade da sociedade brasileira, o que significava por um lado desigualdades regionais e por outro, ausência de uma consciência nacional da burguesia brasileira que tendia a privilegiar sua essência burguesa antes que seus traços nacionais. A necessidade de reajustar o modelo nacional-capitalista dava passo a um novo modelo: o *nacional-trabalhismo*.

O novo modelo *nacional-trabalhista* propunha uma drástica intervenção na agricultura para extinguir o seu caráter semifeudal e, portanto, as forças sociais semifeudais remanescentes. As propriedades tradicionais seriam transformadas em modernas fazendas capitalistas, em propriedades familiares médias, em fazendas cooperativas médias e grandes fazendas estatais. Deveriam reduzir-se rapidamente as desigualdades sociais e o desequilíbrio entre o campo e a cidade.

A implementação do novo modelo possibilitaria a aliança entre a burguesia nacional e o proletariado porque o desenvolvimento capitalista levaria à criação de mais emprego, assim como ao aumento do salário e do consumo. Mas para isto era necessário o concurso de todos os setores "progressistas" em torno do "desenvolvimentismo" encarnado inicialmente no Plano de Metas do Governo Kubitschek.

A prática política dos anos seguintes mostrou a fragilidade dos postulados teóricos do nacional-desenvolvimentismo. Em consequência, surgiram diversas tentativas críticas da análise dualista que buscavam outra interpretação das transformações que de fato estavam acontecendo na sociedade e em especial na agricultura. Essas críticas referem-se à visão da agricultura brasileira como "ineficiente" e incapaz de reagir aos estímulos da dinâmica da demanda da indústria nacional (por matérias primas e alimentos) e por produtos exportáveis. Além de que a agricultura era incapaz de incorporar inovações tecnológicas em proporções significativas, o que limitava a constituição de um mercado interno para os produtos industriais.

As análises da nova fase distinguem-se das interpretações anteriores, por sua aparente "despolitização" e por estarem construídas a partir de levantamento de dados nas pesquisas de campo para sustentar os postulados teóricos. A pesquisa em nível universitário manifestava a preocupação por buscar a compreensão da realidade efetiva,

reduzindo a influência de posturas ideológicas e sem fundamentação empírica.

### A visão modernizante

Por sua vez a crítica conservadora (Delfim Netto, Affonso Celso Pastore, Pereira de Carvalho e Ruy Miller Paiva) aos modelos aceitos na década de 50 e 60, baseou-se na proposta teórica-metodológica de T.W. Schultz, Yufiro Hayami e Vernon Ruttan, buscando responder afirmativamente à questão de se a agricultura poderia cumprir as cinco "funções" definidas por Johnston e Mellor:

- a) produzir alimentos a baixo preço para as cidades;
- b) liberar mão-de-obra para a indústria;
- c) fornecer recursos para a formação de capital;
- d) abrir mercado consumidor para produtos industriais;
- e) produzir gêneros exportáveis para possibilitar a capacidade de importação.

No entanto, a diferença fundamental entre essa e outras concepções em relação às funções que deveria cumprir a agricultura, estava na forma de encarar o objeto de estudo. Enquanto na visão dualista o "obstáculo" ao desenvolvimento poderia ser eliminado através da reforma agrária e reformas estruturais, na crítica conservadora a tese que afirma que a agricultura é um obstáculo para o desenvolvimento, é refutada empiricamente. Por exemplo, a diferença entre o Nordeste "tradicional" e o Centro-Sul "moderno", dependeria do tipo de insumos utilizados e disponíveis (intensidade do fator capital no Centro-Sul e intensidade do fator Trabalho no Nordeste) e não de fatores estruturais. Nesta perspectiva neoclássica a empresa agrícola é considerada uma empresa capitalista comum, o que elimina algumas questões como, por exemplo, a diversidade das relações de produção, a situação do pequeno produtor e as particularidades da pequena produção. A análise centra-se na posição de equilíbrio e as políticas propostas têm como objetivo a maximização dos recursos disponíveis, aumentando a taxa de remuneração dos capitais investidos.

Nessa visão a agricultura tem um lugar central no desenvolvimento econômico. Para Delfim Netto apud Castro (1979, p. 50) "... a chave do processo de desenvolvimento econômico reside, fundamentalmente, numa melhoria da produtividade do setor agrícola, o que, a um só tempo, libera mão-de-obra e eleva o nível de rendimento dos que ficaram no campo, sem gerar uma crise de abastecimento ou de fornecimento de matérias-primas." De acordo com esta concepção a agricultura financiaria o desenvolvimento industrial, através de uma transferência de mão-de-obra do setor agrícola para os outros setores.

Por outro lado, a industrialização baseada na exportação de produtos agrícolas levou a uma especialização em torno de produtos como café, cacau e açúcar. Segundo Delfim Netto essa política a favor da agricultura de exportação manteve no mercado produtores ineficientes. No seu estudo sobre o café, Delfim Netto<sup>25</sup> considerava que o livre mercado liberaria fatores de produção para serem utilizados em outras atividades mais lucrativas (criação de gado e de aves).

Por sua vez, Ruy Miller Paiva centrava sua análise nos preços para explicar a

mudança tecnológica na agricultura, desconsiderando outras variáveis econômicas importantes como informação, disponibilidade de capital. Para ele, a questão da mudança tecnológica implicava dois aspectos. Primeiro, a adoção de uma nova tecnologia depende da avaliação que faça o agricultor do custo-benefício. E segundo, a disseminação de novas tecnologias tinha um significado macroeconômico, porque a decisão de um grande número de produtores afetaria os preços dos fatores de produção e essas modificações nos preços reduziram as vantagens da nova tecnologia. Miller Paiva situa-se numa das correntes mais importantes conhecidas como "modernizadoras" da agricultura.

Outros autores como, Antônio Barros de Castro afirmavam que a agricultura desempenhou seu papel requerido pela industrialização. Nas suas análises incorpora variáveis não econômicas como a demografia, a estrutura social e o processo histórico. À diferença de outros autores "modernizantes", considera que a agricultura, longe de cumprir um papel passivo, imprime suas próprias características no desenvolvimento urbano-industrial.

### A crítica radical

A crítica radical (uma visão modificada da tese capitalista) às posições dualistas baseia-se na capacidade que tem o desenvolvimento capitalista de refuncionalizar as formas existentes e de criar outras relações não-capitalistas de produção. Essa crítica é sustentada por autores como José de Souza Martins, Maria Rita Loureiro, Octávio Guilherme Velho, Francisco de Oliveira e Maria de Conceição de d'Incao. Esses autores, na busca de elaborar uma análise mais flexível introduziram noções como: articulação de diferentes modos de produção, diferentes relações de produção nas formações econômico-sociais e "subsunção formal do trabalho ao capital".

Alguns pontos devem ser salientados dessa crítica radical:

- a) O Brasil foi construído historicamente a partir da expansão do capitalismo europeu e seu desenvolvimento capitalista pode ser caracterizado como "dependente" ou "periférico";
- b) O desenvolvimento do capitalismo necessitava recriar formas não capitalistas de produção para seu próprio funcionamento e, portanto, não se constituem em "obstáculo" de seu próprio desenvolvimento;

Porém, os autores divergem quando se trata das relações sociais no campo. Para alguns (Francisco de Oliveira, Maria de Conceição d'Incao) as relações sociais no campo são predominantemente capitalistas e, portanto, se faria desnecessário a reforma agrária. Em consequência, os trabalhadores assalariados, em lugar de lutar pela terra deveriam organizar-se nos sindicatos e lutar pelas suas reivindicações de classe. Para outros (Maria Isaura Pereira de Queirós, José de Sousa Martins, Octávio Guilherme Velho), a existência de um campesinato brasileiro estaria evidenciada não só pela posse jurídica da terra, mas pelas práticas e representações ideológicas, culturais e sociais.

#### 4 A PRODUÇÃO TEÓRICA BRASILEIRA SOBRE O “MUNDO RURAL”

Apesar de que a nível geral existe uma espécie de estancamento e até refluxo da produção teórica sobre o “mundo rural”, observa-se uma absorção, ainda que lentamente, de novas contribuições teóricas e metodológicas. Essas contribuições se expressam na incorporação de novos temas como a questão do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável (José Elí da Veiga) e a emergência de um “novo mundo rural” (Graziano da Silva).

Autores como Graziano da Silva (1996) percebem a emergência de um novo rural brasileiro produto da urbanização do meio rural brasileiro e da industrialização da agricultura e que formam parte de profundas transformações econômicas, sociais e culturais que estão acontecendo em escala mundial e que estão mudando o caráter dos empregos e a organização das economias.

As transformações do capitalismo mundial neste fim de século estão mudando radicalmente os processos de produção; o perfil dos trabalhadores; os hábitos de produção e de consumo; as noções do que é rural e do que é urbano; o significado do espaço e do tempo e as práticas do Estado. Estamos vivendo numa era de incerteza, caracterizada por um processo de transição, do regime de acumulação fordista para outro, que alguns autores denominam de “acumulação flexível” (HARVEY, 1992)<sup>26</sup>.

O regime fordista pode ser definido como um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político e econômico, que vigoraram desde o fim da Segunda Guerra Mundial até inícios dos anos 70. Porém, já em 1914, Henry Ford, com o objetivo de aumentar a produtividade, introduzia a jornada de 8 horas e 5 dólares de recompensa para os trabalhadores de sua fábrica de automóveis em Michigan. Mesmo assim, o que Ford fez foi racionalizar velhas tecnologias e uma divisão do trabalho que já existia, desde finais do século passado. Antes, em 1911 tinha sido publicados Os Princípios de Administração Científica de F. W. Taylor, que descrevia como uma melhor organização do trabalho (que implicava uma racionalização do tempo e de cada movimento do trabalhador) poderia aumentar a produtividade. Com o fordismo emergia uma nova sociedade baseada no controle racional do trabalho, na gerência da produção e no consumo de massa. O objetivo da jornada de oito horas e os cinco dólares não era só aumentar a produtividade mas permitir que os trabalhadores tivessem as condições de tornar-se consumidores em massa.

A crise do regime fordista está associada à perda da hegemonia política e financeira dos Estados Unidos. Na segunda metade da década de 60, a saturação dos mercados internos da Europa e do Japão, exigia a exportação dos excedentes. No entanto, como resultado da racionalização fordista, milhares de trabalhadores estavam sendo deslocados da manufatura. Nos Estados Unidos esse declínio da demanda efetiva foi compensado pela produção de armas para a guerra de Vietnã e pelo combate à pobreza. Porém, a partir de 1966, a queda da produtividade e da lucratividade das empresas, marca o início dos graves problemas fiscais dos Estados Unidos que seriam resolvidos às custas da aceleração da inflação.

O regime de “acumulação flexível” rompe com a “rigidez” do fordismo e caracteriza-se pela emergência de mercados de trabalho e processos de produção mais flexíveis, assim

como por rápidas mudanças das práticas de consumo e do surgimento de novos setores de produção, novas formas de financiamento e inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais. Esse novo regime de acumulação cria as condições para o crescimento do emprego no chamado “setor serviço” e uma alta mobilidade geográfica ou uma compressão do espaço tempo, produto da redução dos custos de transporte e da comunicação via satélite. Essas possibilidades de comunicação e a redução do espaço têm aumentado a capacidade dos empregadores para o controle da força de trabalho e em consequência, a redução do emprego e destruição do poder sindical.

O excedente de força de trabalho e a redução do poder dos sindicatos têm permitido aos patrões impor contratos de trabalho mais flexíveis. A flexibilização do mercado de trabalho se dá, por exemplo, quando as empresas obrigam os trabalhadores regulares a trabalhar mais nas épocas pico de demanda, enquanto a intensidade de trabalho se reduz com a queda da demanda. Porém, a mudança mais importante tem sido a queda do emprego regular e o crescimento do trabalho em tempo-parcial, temporário ou subcontratado.

O mercado de trabalho no regime de acumulação “flexível” caracteriza-se pela redução dos trabalhadores em tempo integral e pelo grau de adaptação às novas condições, ou seja, ser flexível e geograficamente móvel. Como contraponto, cresce o número dos trabalhadores temporários e subcontratados sem nenhuma garantia de emprego. Apesar de que a flexibilização do mercado de trabalho não tem criado uma forte insatisfação trabalhista porque às vezes pode ser mutuamente benéfica. Porém, a longo prazo, a falta de segurança do emprego e dos direitos de pensão afetará negativamente aos trabalhadores. Os “trabalhadores flexíveis” são contratados facilmente e são demitidos sem custos quando a empresa está em crise. Na Inglaterra, entre 1984 e 1985, os “trabalhadores flexíveis” aumentaram 16% enquanto os empregos permanentes caíram em 6%. Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, cerca de um terço dos novos empregos criados estavam na categoria de “temporários”. (HARVEY, 1992, p. 144)

Mudanças importantes aconteceram também na organização industrial. A subcontratação organizada possibilita o surgimento de pequenos negócios. Também se observa o crescimento de economias “informais” nos países capitalistas avançados e a reformulação do papel das mulheres no mercado de trabalho.

As novas formas de organização da produção colocaram em xeque a organização tradicional, provocando o fechamento de numerosas fábricas e estimulando um processo de desindustrialização, com o crescimento de outros setores da economia, como o setor serviços. As economias de escalas foram substituídas pela produção de pequenas quantidades de bens a preços baixos. Em 1983, a revista *Fortune* publicou que setenta e cinco por cento das peças de máquina eram produzidas em lotes de cinquenta ou menos. (HARVEY, 1992, p. 148)

A subcontratação e a produção de pequenos lotes permitiram superar a rigidez do sistema fordista e atender a um mercado mais diversificado e dinâmico. A flexibilização também provocou a aceleração das inovações e as conquistas de novos mercados. As novas tecnologias (automação, robôs) e novas formas organizacionais reduziram o tempo de giro na produção, elemento central para a lucratividade das empresas. Em consequência,

também foi reduzido o tempo de giro no consumo, ou seja, caiu a média da vida útil dos bens produzidos.

Com as transformações na produção e no consumo também emergiu uma nova estrutura de emprego que privilegia o emprego no setor de serviços (educação, saúde, seguros, imóveis e finanças) em detrimento do emprego industrial.

No processo de flexibilização e de mobilidade geográfica, o controle da informação assim como a rapidez na análise de dados, são essenciais para a tomada de decisões. Para sobreviver, as empresas devem ter a capacidade de responder às variações da taxa de câmbio, dos preços das matérias primas, e às mudanças nos gostos dos consumidores. O rápido acesso às informações assim como o conhecimento científico podem significar altas margens de lucro. Nesse contexto, a informação e a ciência tornaram-se uma mercadoria.

De que forma essas transformações estão afetando o "mundo rural"? Para alguns autores como Graziano da Silva (1996)<sup>27</sup>, a diferença entre o urbano e o rural é cada vez menos importante. As cidades não podem continuar a ser sinônimos de produção industrial nem o campo de produção agrícola e pecuária. A agricultura deixou de ser um setor relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho, e se integrou ao resto da economia. Agora a agricultura não pode ser entendida sem sua vinculação com os setores que lhes fornecem os insumos industriais e lhes compram seus produtos.

A idéia de que as cidades representam o "novo" e o "progresso" e que o campo o "atraso" e o "velho" baseia-se na concepção de autores clássicos como Marx e Weber que identificavam as cidades com o capitalismo e o campo com o feudalismo, duas realidades em confronto.

Por sua vez, os funcionalistas americanos continuaram a identificar o campo com o atraso para justificar as ações de fora, como a assistência técnica e a extensão rural. A modernização da agricultura era entendida como a introdução de sementes geneticamente melhoradas, adubos químicos, máquinas e equipamentos que permitissem a superação da pobreza dos agricultores (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A idéia que identifica o "rural" exclusivamente com a agricultura não corresponde com a realidade. No "mundo rural" estão emergindo novas formas sociais e de organização econômica na medida em que a sociedade transita para um novo regime de acumulação. O lazer, o turismo, a prestação de serviços, conservação do meio ambiente são novas atividades em crescimento no campo.

O "mundo rural" nos países desenvolvidos tem um novo ator social: o agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*) e que se caracteriza por combinar atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas seja dentro da propriedade ou fora dela, tanto em atividades urbano-industriais ou nas atividades emergentes de lazer, turismo, moradia, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. "Em resumo, o *part-time* não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas." (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.4).

É precisamente essa combinação de atividades não-agrícolas fora de seu estabelecimento que diferencia o *part-time* da visão marxista clássica da proletarização

do campesinato. Além disso, os clássicos (Marx, Kautsky) consideravam que esse processo de proletarização implicava o desaparecimento do campesinato.

A combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas faz parte de um processo de "desespecialização" da divisão social do trabalho e que se origina nas mudanças recentes no processo de trabalho tanto na indústria fordista como na agricultura moderna. Ironicamente, algumas características próprias do mundo rural como as formas flexíveis de contratação e o emprego sazonal e temporário, e o trabalho a domicílio, forma característica de transição da manufatura à indústria mecanizada, constituem a nova fisionomia da indústria do final do século XX.

O surgimento do *part-time* nos países capitalistas desenvolvidos é resultado da redução do tempo de trabalho necessário dos agricultores devido ao aumento da mecanização das atividades agrícolas e da automação das atividades de criação, assim como pela redução de áreas cultivadas e/ou a extensificação das atividades agropecuárias.

Em consequência, individualizou-se a gestão produtiva das propriedades agrícolas e com isso os membros da família foram liberados para realizar outras atividades não-agrícolas fora da propriedade.

O novo "mundo rural" caracteriza-se pelo crescimento das atividades rurais não-agrícolas e pela transferência de atividades urbanas e industriais para o campo. Muitas indústrias deslocam-se para o campo buscando uma maior proximidade de matérias-primas e de mão-de-obra barata e desindicalizada, com o objetivo de diminuir os custos. Igualmente, muitas empresas têm migrado para o campo na busca de uma melhor qualidade de vida para seus funcionários e também porque no campo existe menor controle da poluição.

A pluriatividade manifesta-se de duas formas. Primeiro, através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.) e, segundo, através da combinação de atividades tipicamente urbanas com a gerência especificamente agropecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Ainda Graziano da Silva (1996, p. 6-7) enfatiza outros fenômenos relacionados com a pluriatividade nos países desenvolvidos:

- a) O 'desmonte' das unidades produtivas em função da possibilidade de externalização de várias atividades que antes tinham que ser realizadas na própria fazenda através de contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica, etc.);
- b) especialização produtiva crescente permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como por exemplo, de animais jovens, mudas e insumo;
- c) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial;
- d) crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas de conteúdo tipicamente urbano, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais não-agrícolas;
- e) melhoria na infraestrutura social e de lazer, além de maiores facilidades de

transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores facilidades de acesso aos bens públicos como previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além de uma melhora substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais.

Apesar das diferenças, nos países subdesenvolvidos também pode-se observar a emergência da pluriatividade e do "part-farmer". Em algumas regiões do Rio Grande do Sul, "... a desarticulação do sistema agrícola colonial dá lugar à emergência da 'part-time farming' e da 'pluriactivite' da força de trabalho dos colonos, que se assalariam nas fábricas de calçados, embora permaneçam residindo e vivendo no espaço rural-agrário." (SCHNEIDER, 1996, p. 310)

No campo brasileiro, têm crescido as atividades não agrícolas, principalmente aquelas relacionadas com a proliferação das agroindústrias e as relacionadas com a urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços) e com a preservação do meio ambiente, assim como também cabe salientar a multiplicação de sítios de recreio (pequenas áreas de lazer de famílias de classe média urbana). Muitas vezes os proprietários dessas pequenas áreas combinam o lazer com o desenvolvimento de alguma atividade produtiva (criação de abelhas, aves, peixes e outros animais, produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo).

### Considerações finais

Conclui-se que o "mundo rural" não pode continuar a ser considerado apenas como o espaço onde se realiza a produção agropecuária e fornecedor de mão-de-obra. O meio rural está criando um outro tipo de riqueza, constituída de bens e serviços não materiais, ou seja, o "mundo rural" ganhou novas funções e novos tipos de ocupações (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

As transformações da agricultura, no Brasil e na América Latina nas últimas décadas, exigem um marco conceitual distinto que possibilite entender essas mudanças. Os conceitos de "urbano" e "rural" resultam obsoletos e não há elementos teóricos que nos expliquem as complexas relações entre eles.

A utilização de critérios espaciais e ocupacionais é insuficiente para explicar as especificidades da sociedade rural, apesar das semelhanças que esta tem com outros setores, pois sua estrutura interna baseia-se na propriedade e no uso da terra como fator produtivo e simbólico. No entanto, o valor das agroindústrias supera o valor da terra, além do que, na medida em que perde sua importância relativa, torna-se mais dependente da sociedade global. (GÓMEZ, 1994).

Na mesma linha de Gómez (1994), alguns sociólogos brasileiros (CAVALCANTI, 1993; GROSSI PORTO, 1993), chamam a atenção sobre a necessidade de "revisitar o campo" e de construir um outro "olhar sociológico" (TAVARES DOS SANTOS, 1993) que explore novas perspectivas teórico-metodológicas e defina novos temas de pesquisa. A "tarefa" de revisitar o campo se traduz na definição de fenômenos antes não considerados na análise, como descobrir facetas diferentes de fenômenos já estudados, determinar novas questões a serem analisadas e esboçar tendências e definir as características, de acordo

com as quais, o campo deve continuar (ou não) a ser objeto de estudo da Teoria Sociológica.

A produção teórica sobre o "mundo rural" produzida nos últimos quarenta anos merece ser objeto de avaliação profunda e de reflexão crítica que permita encontrar seus obstáculos epistemológicos frente às transformações da sociedade contemporânea, que dificultam a construção de uma nova abordagem teórica sobre os processos agrários. Entendendo o espaço agrário "como um locus de relações sociais de produção específicas, em uma formação social determinada", deriva-se daí a necessidade de estudar, desde uma perspectiva sociológica, os fenômenos que ocorrem no espaço agrário (TAVARES DOS SANTOS, 1991).

O "rural" representa um conjunto de objetos empíricos, mas não necessariamente objetos científicos. Para formar esses objetos científicos é necessário fazer uso de conceitos e teorias disponíveis no conhecimento sociológico, dos clássicos aos contemporâneos. A partir de uma perspectiva teórica, "trata-se de reconhecer que tais processos sociais agrários constituem expressões do processo histórico da divisão social do trabalho, como por exemplo, a distinção entre cidade e campo". (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p. 15).

Ainda, Tavares dos Santos (1991, p. 15), enfatiza que a produção teórica brasileira sobre o "rural" tem sofrido, até a atualidade, uma "extrema ideologização", resultado da crescente exclusão social e onde a perspectiva política "... parece sobredeterminar a visão analítica".

De acordo com Tavares dos Santos (1991), nas últimas décadas os estudos sobre o "campo" representam parte substancial da produção sociológica brasileira. Nesse período, foram estudados fenômenos relativos à estrutura da posse da terra, às políticas de intervenção do Estado para a modernização da agricultura (novas áreas de colonização, assentamentos, inovações tecnológicas na agricultura e estímulos para exportação) e seus impactos na organização da produção e nas relações de trabalho. (D'Incao et al. 1991).

Como nos desafia Cavalcanti (1993, p. 62), os resultados desses estudos parecem requerer novos questionamentos e instrumentos teóricos-metodológicos que possibilitem "... a explicação dos múltiplos entrelaçamentos existentes entre esses diferentes fenômenos e a sociedade em termos amplos, mais especialmente, um novo enfoque sobre a agricultura".

A definição de um novo campo de estudos da sociologia sobre a agricultura implica algumas limitações e impasses científicos. Como afirma Solari (1972), o desenvolvimento da sociologia está vinculado à mudança social e a uma situação de crise. Dessa forma, a sociologia rural mostra-se como expressão da dominação do campo pela cidade e, completado esse processo, a sociologia rural teria que desaparecer, ao menos em seu conteúdo tradicional, para converter-se num ramo das sociologias das ocupações, das ocupações agrícolas em sentido amplo.

Segundo Cavalcanti (1993), na década de 80 foram feitas algumas avaliações sobre a produção sociológica que tiveram o campo como objeto e, a partir das quais, foram emitidos pareceres contra ou a favor da continuidade dessas análises, seja pela significância e abrangência dos temas selecionados, dado o processo de urbanização da sociedade brasileira, seja pelo pouco rigor científico no tratamento dos mesmos. Esses problemas têm uma relação direta com a chamada crise dos paradigmas.

Esta situação agrava-se pelo fato de que na sociologia rural há uma certa inércia explicativa, produto de obstáculos epistemológicos como, por exemplo, sua vinculação

às tradições teórico-metodológicas funcionalistas, predominantes na Sociologia Rural Americana dos anos 60 ou pela tendência a se utilizar esquemas classificatórios rígidos para enquadrar grupos e classes sociais. (TAVARES DOS SANTOS, 1991).

Como foi mencionado anteriormente, é dentro dessa preocupação epistemológica que tem emergido, em alguns países de capitalismo avançado como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Espanha e Alemanha, uma nova tendência intelectual denominada "nova sociologia rural", "sociologia da agricultura", "economia política da agricultura" ou "sociologia dos processos agrários".<sup>28</sup>

Nos Estados Unidos essa corrente intelectual surge em meados da década de 70, quando a agricultura nesse país atravessa uma crise profunda.

A Sociologia Rural nos Estados Unidos está sendo questionada pela sua fragilidade, porque pouco se afasta dos antigos conceitos dos estudos da comunidade e pela sua incapacidade de criticar o sistema no qual se insere (FRIEDLAND APUD CAVALCANTI, 1993). As críticas têm levado teóricos americanos, desde meados da década de 70, a propor novas questões de estudos. Esse movimento crítico é denominado "nova sociologia rural" ou "sociologia da agricultura", baseado em tendências neo-marxistas e neo-weberianas que resgatam as contribuições de Marx, Lenin, Kautsky e Chayanov.

O debate destas perspectivas teórico-metodológicas poderia contribuir na definição de novos problemas ou questões. Nesse caminho, Tavares dos Santos (1993), questiona em que medida a denominada "crise dos paradigmas", (que em certa medida é produto da crise do marxismo estruturalista e da análise funcionalista da "sociologia rural"), provoca efeitos negativos na expansão da análise sociológica do campo brasileiro. A partir da leitura dos estudos agrários recentes, pode-se propor alguns elementos que possibilitem a superação da denominada "crise dos paradigmas" e construir um outro olhar sobre o campo.

Apesar de algumas revisões na produção teórica sobre os processos sociais agrários, os estudos realizados até agora requerem uma análise crítica sobre as possibilidades, obstáculos e tendências da agricultura brasileira, no que se refere aos processos sociais que aí se desenvolvem, para facilitar comparações com outros países (CAVALCANTI, 1993). Avaliar essa produção, além de ser uma obrigação de ofício, é uma condição necessária para novas abordagens. Como afirma (GROSSI, 1993, p. 57), busca-se um retorno que possibilite ir ao encontro do novo. Trata-se de "... percorrer os mesmos caminhos; para retornar, com novos olhos, as mesmas trilhas e veredas. Com o olhar atento ao invisível, ao dissimulado, ao enterrado. E ao não existente em visitas anteriores. Visões que alcancem, no âmbito da construção teórica, horizontes mais abrangentes."

A avaliação da produção teórica sobre o "mundo rural" possibilitará o delineamento de perspectivas de análise que abordem tanto temáticas já tratadas, para enfocá-las sob novas dimensões, quanto questões emergentes que carecem de reflexões sociológicas pertinentes. (GROSSI, 1993).

Tavares dos Santos (1991) identifica alguns obstáculos epistemológicos da Sociologia "Rural" brasileira. O primeiro é a sua vinculação com a orientação funcionalista, assumindo uma postura dualista: o "tradicional" e o "moderno" ou "rural" e o "urbano", visão esta que está presente especialmente nos estudos sobre a difusão de inovações. Dentro desta

visão, as práticas sociais dos grupos dominados são entendidas dentro do processo de modernização.

O segundo, é a vinculação da Sociologia "Rural" a uma perspectiva evolucionista do pensamento histórico. Essa visão é criticada por Marx quando reconhece uma não-linearidade do processo histórico.

Um terceiro obstáculo refere-se às análises sobre as classes sociais e os grupos sociais. Nelas, quase sempre, buscou-se a análise das classes a partir da sua posição no processo produtivo.

Finalmente se pode afirmar que a influência e predominância do "marxismo clássico" na sociologia rural brasileira têm impedido um desenvolvimento mais amplo das análises acerca da nova dinâmica do "mundo rural". Contudo é possível observar que há, mesmo com lentidão, a emergência de uma nova forma de pensar o "mundo rural" no Brasil seguindo a vertente internacional que incorpora de forma criativa as contribuições teóricas de Weber e Marx..

---

## The rural sociology crisis in Brazil and its theoretical tradition

### ABSTRACT

This paper presents an evaluation of the crisis of rural sociology in Brazil starting from the analysis of the theoretical traditions that exert influence on it, mainly American Sociology and classical Marxism. The aim is to understand how these theoretical influences have been determining the interpretation of the Brazilian "rural world" by social scientists.

**Keywords:** American Sociology, rural world, classical Marxism.

---

### Notas

- <sup>1</sup> Doutor em Sociologia (UFRGS) e Prof. do Instituto de Sociologia e Política (UFPEL).
- <sup>2</sup> A noção de *continuum* rural-urbano estabelece uma série de traços da sociedade urbana e a sociedade rural que se supõem funcional e causalmente conectados, e que separam a sociedade rural da urbana. Essas diferenças são apresentadas por Sorokin e Zimmerman como extremos de uma escala polar de muitas gradações. Entre o meio rural e o meio urbano existe uma gradação infinita. Em outras palavras, existe um contínuo. "Desde a habitação rural isolada é até a grande cidade, existem inúmeros escalões intermediários que vão criando uma transição insensível entre o meio rural propriamente dito e o meio urbano." (SOLARI, 1973, p. 12)
- <sup>3</sup> Merton denomina, *Teorias de médio alcance*, as teorias intermediárias entre as pequenas, mas hipóteses necessárias de trabalho que surgem em abundância durante a rotina das pesquisas diárias e os amplos esforços sistemáticos para desenvolver uma teoria unificada capaz de explicar todas as uniformidades observadas de comportamento, organização e mudanças sociais. "A teoria de médio alcance é usada principalmente na sociologia para servir de guia às pesquisas empíricas. Ocupa uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, as quais estão muito afastadas das espécies particulares de comportamento, organização e mudanças sociais para explicar o que é observado e as minuciosas e ordenadas descrições de pormenores que não estão de modo algum generalizados." Merton (1970, p. 55)

- <sup>4</sup> Hoffer, Charles M. Acceptance of approved Farming Practices Among Farmers of Dutch Descent, Special Bulletin No. 316. East Lansing: Michigan Agricultural Experiment Station.
- <sup>5</sup> Ryan, Bryce e Gross, Neal C. "The diffusion of hybrid seed corn in two Iowa communities". *Rural Sociology* 8 (March): 15-24
- <sup>6</sup> Wilkening, Eugene A. "A sociopsychological study of the adoption of improved farming practices". *Rural Sociology* 14 (March), 1949: 68-69
- \_\_\_\_\_ "A sociopsychological approach to the study of the acceptance of innovations in farming." *Rural Sociology* 15 (December), 1950: 352-364.
- \_\_\_\_\_ "Informal leaders and innovators in farm practices" *Rural Sociology* 17 (September), 1952: 272-275.
- \_\_\_\_\_ "Change in farm technology as related to familism, family decision-making, and family integration." *American Sociological Review* 19 (February), 1954: 29-37.
- \_\_\_\_\_ "An introductory note on the social aspects of practice adoption." *Rural Sociology* 23 (June), 1958, p. 97-102
- <sup>7</sup> Fliegel, Frederick. "A multiple correlation analysis of factors associated with adoption of farm practices." *Rural Sociology* 21 (September/December), 1956: 284-292.
- <sup>8</sup> Beal, George e Bohlen, Joe. *The Diffusion Process*. Special Report 18. Ames: Iowa Agricultural Extension Service
- <sup>9</sup> Lionberger, Herbert F. *Adoption of New Ideas and Practices*. Ames: Iowa State University Press, 1960
- <sup>10</sup> Coughenour, C. Milton. "The functioning of farmers characteristics in relation to contact with media and practice of adoption." *Rural sociology* 25 (September), 1960: 283-297
- <sup>11</sup> Rogers, Everett M. *Diffusion of innovations*. New York: Free Press, 1962.
- <sup>12</sup> Havens, Eugene. *Studies in the Transformation of U.S. Agriculture*. Boulder, CO: Westview Press, 1986 apud Buttel, F. et al. (1990)
- <sup>13</sup> Trata-se do artigo de Allan D. Steeves, "Proletarianization and class identification" *Rural sociology* 37 (march), 1972: 5-26 apud Buttel, F. et alii (1990)
- <sup>14</sup> Trata-se dos artigos de Harriet Friedmann: "World market, state, and family farm: social bases of household production in an era of wage labor", *Comparative Studies in Society and History* 20: 545-586, 1978a e "Simple commodity production and wage labour in the American plains." *Journal Peasant Studies* 6, 1: 71-99, 1978b.
- <sup>15</sup> "The rural sociology of advanced capitalist societies." In: Newby H. (org). *International Perspectives in Rural Sociology*. Chichester, England: Wiley, 1978
- <sup>16</sup> "A sociology of agricultura: toward a new rural sociology." *Annual Review of Sociology* 9: 67-81, 1983
- <sup>17</sup> Bonanno, Alessandro. "The persistence of small farms in marginal areas of advanced Western societies: the case of Italy." Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de Kentucky; 1985 e "Small Farms. Boulder, CO: Westview Press, 1987 apud Buttel, F. Et alii. (1990).
- <sup>18</sup> Wenger, Morton G., e Buck, Pem Davison. "Farms, families, and super-exploitation: an integrative reappraisal." *Rural Sociology* 53 (Winter), 1988, apud Buttel, F. et alii. (1990)
- <sup>19</sup> Frank, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review, 1967, apud Buttel, F. et alii (1990).
- <sup>20</sup> Esse processo de transformações estruturais é conhecido na literatura como "Revolução Brasileira".
- <sup>21</sup> Prado Júnior, Caio. *A revolução brasileira*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1972
- <sup>22</sup> Citado em "Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura" ASEP-CEBRAP (1983)
- <sup>23</sup> Todas as referências de Palmeira provêm do documento do ASEP-CEBRAP, a menos que se indique o contrário.
- <sup>24</sup> Castro, Ana Célia et al. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília, Binagri Edições, 1979.
- <sup>25</sup> Delfin Neto, A. *O problema do café no Brasil*. Tese de Doutorado, USP. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- <sup>26</sup> Harvey, David. *Condição Pós-moderna*. Edições Loyola: São Paulo, 1992
- <sup>27</sup> Graziano da Silva, José. *O novo rural*, 1996 (mimeo)
- <sup>28</sup> Os teóricos que formam parte da "sociologia da agricultura" publicam a revista *International Journal of Sociology and Food*

## Referências

- BARBOSA, Eva Machado. *Estudos urbanos e crise dos paradigmas: a emergência de um campo de pesquisa interdisciplinar*. In: Oliveira, N. e Barcellos, T. (orgs.) *O Rio Grande do Sul urbano*. POA, FEE, 1990.
- BUTTEL, Frederick H. e Newby, Howard. *The Rural Sociology of Advanced Societies: Critical Perspectives*. Montclair: Allanheld, Osmun, 1980
- BUTTEL, Frederick H. et al. *The Sociology of Agriculture*. Connecticut: Greenwood Press, 1990
- CASTRO, Ana Célia et alii. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília: Binagri Edições, 1979
- CAVALCANTI BARBOSA, Josefa Salette. *Teoria Sociológica e agricultura: Tendências e desafios*. *Cadernos de Sociologia* - Número Especial, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1993.
- DE JANVRY, Alain. *Social differentiation in agriculture and the ideology of populism*. In: Buttel, Frederick H. e Newby, Howard (org.) *The Rural Sociology of the Advanced Societies*. Montclair, NJ: Allanheld, Osmund & Co., 1980
- GÓMEZ, Sergio. *Dilemas de la sociologia rural frente en la América Latina de hoy*. *Cadernos de Sociologia* vol. 6. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (UFRGS), 1994.
- GOODMAN, David. et alii. *Da lavoura às biotecnologias - agricultura e indústria no Sistema Internacional*. São Paulo: Editora Campus, 1990
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*, 1996 (mimeo)
- GROSSI PORTO, Maria Stella. *O campo revisitado*. *Cadernos de Sociologia* - Número Especial, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em sociologia, (UFRGS), 1993.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992
- LAMBERT, Jaques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- MANN, Susan A. e Dickinson, James M. *Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista*. *Literatura Econômica*, 9(1): 7-26, 1987
- MERTON, Robert K. *Sociologia - Teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- MOONEY, Patrick H. *Tempo de trabalho, tempo de produção e desenvolvimento capitalista na agricultura: uma reconsideração da tese de Mann-Dickinson*, *Literatura Econômica*, 9(1): 7-26, 1987.
- MOONEY, Patrick H. *My Own Boss*. Boulder, CO: Westview Press, 1988
- MOTTURA, Giovanni e Pugliese, Enrico. *Capitalism in agriculture and capitalism agriculture: the Italian case*. In: Buttel, Frederick H. e Newby, Howard (org.) *The Rural Sociology of*

the Advanced Societies. Montclair, NJ: Allanheld, Osmund & Co., 1980

NEWBY, Howard. El desafío de la sociología rural en la actualidad. *Comércio Exterior*, vol. 32, n. 4, México, abril de 1982, p. 347-356.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REVISÃO CRÍTICA DA PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA VOLTADA PARA A AGRICULTURA. Associação dos sociólogos de São Paulo (ASEP)- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo, 24-25 de março de 1983

SCHNEIDER, Sérgio. *Os colonos da indústria calçadista e as transformações da agricultura familiar*. Ensaio FEE, ano 17-n. 1, Porto Alegre, RS, 1996.

SOLARI, Aldo. *O Objeto da sociologia rural*. In: Szmrecsányi, Tamás e Queda Oriowaldo. *Vida Rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A construção de um outro olhar sociológico sobre o campo. *Cadernos de Sociologia- Número Especial*, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (UFRGS), 1993.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra Sociologia dos processos agrários. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/ Vértice, 1991

WRIGHT, Erick Olin. *Classes*. London: Verso Editions, 1985

Data do recebimento: 24/08/2006

Data do aceite: 10/10/2006